

Conteúdo Local

Reforma e Contrarreforma

Eloi Fernández y Fernández
FGV, 30 OUT 2017

Sumário

- Introdução
- Premissas
- Histórico
- Visão de um observador

Introdução

Processo de Abertura e Flexibilização (Lei 9478 / 1997)

Objetivos da Reforma:

- Atração de investimentos;
- Fortalecimento da ANP: Ações de Regulação como Papel de Estado;
- Maior participação dos entes federativos na renda petrolífera;
- Fortalecimento da Petrobras;
- Política para o desenvolvimento tecnológico;
- Desenvolvimento da indústria nacional.

Mundo da Fantasia (Leis: 12.351; 12.304; 12.278; 12.351 / 2010)

Objetivos da Contrarreforma

- Ideologização do petróleo e introdução do modelo de partilha;
- Centralizar na União a renda petrolífera;
- Fortalecer o controle do governo em todas as atividades do setor e interferir nas ações da ANP;
- Politizar o c local;
- Introduzir níveis obrigatórios e elevados de compromissos de c local;
- Estimular a visão monopolista;
- Superestimar os investimentos e as curvas de produção

Premissas

Gênese

Avaliação Sumária da Competitividade

Mecanismos de Estímulo às Empresas
Concessionárias de Petróleo a adquirirem
Equipamentos/Materiais e Serviços no Mercado
Nacional

Agência Nacional do Petróleo

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC-Rio
Outubro de 1998

Recomendações e Ações, em 1998

- Conteúdo Local como instrumento de estímulo nos leilões;
- Obrigações no investimento de P&D&I:
 - Fortalecimento do Cenpes
 - Aplicações externas nas empresas e institutos de pesquisa
 - P&D&I como instrumento de competitividade e inserção na rede global de valor dos fornecedores (empresas e institutos)
- Estímulos a programas de formação de recursos humanos;
- Criação de instituição multi-setorial, com participação de investidores, fornecedores e órgão governamentais

Premissas do processo original de formulação do c local

- Aproveitar os investimentos em E&P como oportunidade para indústria nacional se fixar de forma competitiva e globalizada;
- Estruturar uma política de c local atrativa aos investidores baseada em incentivos;
- Necessidade de política de Estado voltada para maior participação de fornecedores locais, em função da quebra do monopólio e entrada de novos atores no E&P;
- Importância da P&D&I como parte do foco na maior competitividade para apoiar a política de CL;
- Criar programa de formação de RH para atender a nova demanda, não monopolista;
- Ser instrumento de uma Política Industrial

Premissas do processo de formulação do c local na contrarreforma

- Barril acima de US\$ 100;
- Substituir o estímulo por obrigatoriedade no c local ;
- Política Industrial de indução a formação de novos estaleiros e ao fortalecimento da política de “campeões nacionais”;
- Impulsionar a geração de emprego convencional;
- Aumentar o controle e a burocracia;
- Pressão do governo sobre a Petrobras em relação ao c local;
- Fixar a lógica da existência do “cliente único”;
- Apresentar dados ufanistas do c local dos empreendimentos;
- Estatização da Clausula do 1% de P&D&I.

Histórico

Conteúdo Local - Rodadas 1 a 4 (1999 / 2002)

- **Editais e contratos de concessão desde o 1º leilão com cláusulas de CL;**
- **Incentivar as empresas a ampliarem a demanda junto à indústria local;**
- **Compromisso de compras locais como um dos critérios na pontuação nos leilões. Valores definidos exclusivamente pelos licitantes;**
- **Abertura deveria retirar da Petrobras o papel de condutora da política industrial voltadas ao setor;**
- **Os interessados podiam ofertar entre zero e 70% no DP, além de seguir uma função linear entre esse dois limites;**
- **O peso do CL no leilão era de 15% e o bônus de assinatura 85%;**
- **Introdução de vários mecanismos de estímulos a compras locais utilizando os regulamentos de contabilidade para cálculo da Participação Especial (PE)**

Conteúdo Local - Rodada 5 a 6 (2003 e 2004)

- 5° e 6° Rodadas de Licitações apresentam CL mínimo obrigatório.

AMBIENTE	Fase Exploratória	Fase de Desenvolvimento
	Mínimo	Mínimo
Águas Profundas	30%	30%
Águas Rasas	50%	60%
Terra	70%	70%

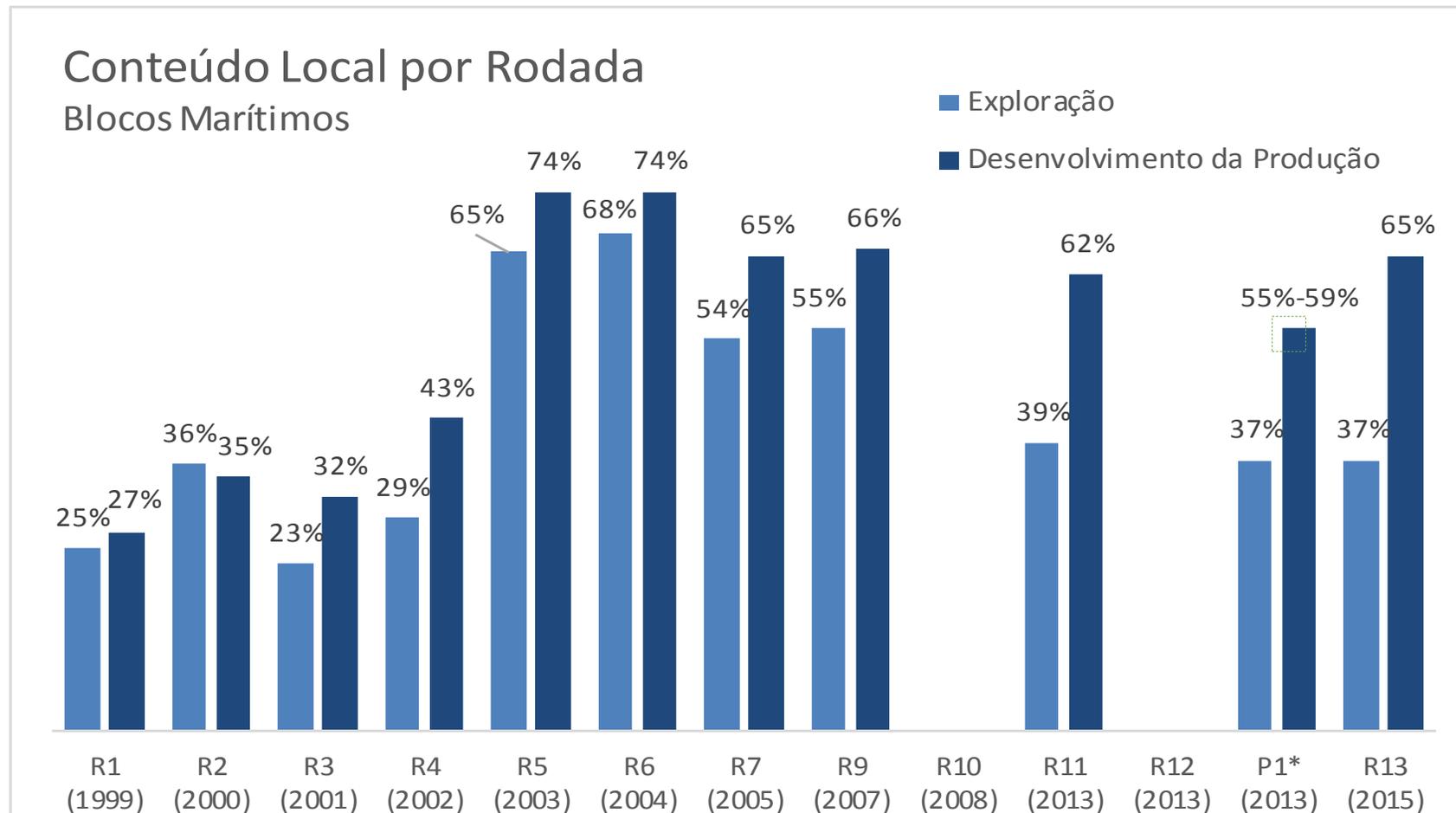
- Cálculo da nota final – aumento do peso do CL, além da introdução de pontuação não linear com aumento de CL
 - **Bônus de Assinatura – 30%**
 - **PEM – Programa Exploratório Mínimo – 30%**
 - **Conteúdo Local – 40%**

Conteúdo Local - Rodada 7 em diante (2005)

AMBIENTE	Fase Exploratória		Fase de Desenvolvimento	
	Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo
Terra	70%	80%	77%	85%
Águas rasas (profundidade até 100 metros)	51%	60%	63%	70%
Águas rasas (profundidade entre 100 e 400 metros)	37%	55%	55%	65%
Águas profundas (profundidade superior a 400 metros)	37%	55%	55%	65%

- Estabelecimento de índices obrigatórios com limites mínimos e máximos.
- Exigência de conteúdo local mínimo em itens e subitens (famoso **“listão”**)
- Introdução da Cartilha de Conteúdo Local
 - Alteração no sistema de medição (BNDES/Finame -> medição de itens)
 - Certificados e credenciamento: Burocracia e Custo

Conteúdo Local Médio por Rodada dos Blocos *Offshore*



* CL dos módulos com 1º óleo até 2021: 55%
CL dos módulos com 1º óleo após 2021: 59%
Fonte: Elaborado a partir de dados da ANP

Conteúdo Local - Rodada 14 (2017 - ???)

Mudança da regra no c local: deixa de pontuar no leilão, passa ser “obrigatório” o cumprimento de um mínimo, segundo a seguinte distribuição:

	%
• Onshore	50
• Offshore	
• Exploração	18
• Desenvolvimento da Produção	
• Poço	25
• Subsea	40
• UP	25

Visão de um observador

Conteúdo Local

Política Industrial + Competitividade + Bom Senso

Todos falaram exaustivamente em “competitividade”, nada, ou pouquíssimo, foi feito para implementar uma *política industrial* que buscasse a competitividade.....

Aparentemente o centro da discussão continua sendo “*percentuais*”, *que de novo, não tem nada a ver com política industrial ou competitividade.....*

Precisa-se de bom senso....

Fim